



FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 12.489.315/0001-23

NIRE 35.300.383.656

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

DATA: 21 DE ABRIL DE 2022

HORÁRIO: 11 HORAS

ÍNDICE

1	DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À AGOE	3
2	PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4
3	DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
4	ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.....	5
5	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2021	6
6	CONCLUSÕES.....	6
Anexo I	Item 10 do Formulário de Referência da Companhia	7
Anexo II	Item 12.5 a 12.8 do Formulário de Referência da Companhia	30
Anexo III	Item 13 do Formulário de Referência da Companhia	33

São Paulo, 21 de março de 2022.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da **Ferreira Gomes Energia S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, conjunto 151, sala H, CEP 04547-006, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.383.656 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 12.489.315/0001-23, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “B” sob o código 2297-7 (“**Ferreira Gomes**” ou “**Companhia**”), submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração (“**Proposta**”) sobre as matérias que serão deliberadas na assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia (“**AGOE**”), a ser realizada em 21 de abril de 2022, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado na presente data, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo a distribuição de dividendos;
- (iii) definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022.

1 DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À AGOE

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades Por Ações**”) e no artigo 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos na Companhia e as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovados pela Diretoria da Companhia e auditados pelos auditores da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e, juntamente com o Parecer do Auditor Independente, de acordo com o previsto no artigo 133, incisos I, II e III, da Lei das Sociedades Por Ações, encontram-se à disposição dos Acionistas na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3

S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores e na sede da Companhia.

O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Completas, foi disponibilizado em 21 de fevereiro de 2022 na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (www.b3.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 21 de fevereiro de 2022 na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (www.b3.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

1.2 Comentário dos Administradores

Nos termos do artigo 9º, item III, da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 10 do Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, encontram-se no **ANEXO I** a esta Proposta da Administração.

1.3 Parecer dos auditores independentes

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foi disponibilizado em 21 de fevereiro de 2022 na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (www.b3.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

1.4 Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi disponibilizado em 21 de fevereiro de 2022 na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (www.b3.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

2 PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O lucro líquido da Companhia apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$35.524.094,66.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, deverão ser distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório.

Face ao acima exposto, a administração da Companhia submete à AGOE a aprovação da destinação do lucro líquido da seguinte forma:

- (i) constituição de reserva legal de 5% do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$1.776.204,73;
- (ii) constituição de reserva de incentivo fiscal decorrente da fruição de benefício fiscal de redução de imposto de renda, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$4.242.220,19;

- (iii) pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia correspondente a 25% do lucro líquido apurado, nos termos do artigo 34 do Estatuto Social da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, excluído o montante destinado à reserva legal e o montante destinado a reserva de incentivo fiscal, nos termos dos artigos 33 e 34 do Estatuto Social da Companhia no montante de R\$7.376.417,43; e
- (iv) considerando as propostas (i) a (iii) acima, destinação do saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, excluído o montante destinado à reserva legal, à reserva de incentivo fiscal e à distribuição de dividendos, no montante de R\$22.129.252,31 à conta de reserva de lucros.

3 DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros titulares, eleitos pela Assembleia Geral para mandato unificado de 3 (três) anos, sendo admitida a reeleição. Cabe à Assembleia Geral determinar o número de cargos do Conselho da Administração a serem preenchidos em cada mandato. A Administração propõe que o número de membros titulares seja mantida em 3 (três) membros titulares em todos os casos para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

4 ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Tendo em vista que o mandato do Conselho de Administração se encerrará na AGOE, a Companhia propõe a eleição, para um mandato de 3 (três) anos, dos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração da Companhia:

Membro Efetivo	Cargo	Indicação
José Luiz de Godoy Pereira	Presidente	Alupar Investimento S.A.
Paulo Roberto de Godoy Pereira	Membro efetivo	Alupar Investimento S.A.
Enio Luigi Nucci	Membro efetivo	Alupar Investimento S.A.

As informações sobre os candidatos para membros do conselho de administração encontram-se no **ANEXO II** a esta Proposta da Administração e estão disponíveis na sede e no *website* da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

O percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária é de 5% (cinco por cento), conforme Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada.

Considerando que a Alupar Investimento S.A., sociedade controladora da Companhia, detém 99,99% (noventa e nove inteiros noventa e nove centésimos por cento) do capital votante da Companhia, os acionistas não controladores não teriam a possibilidade de requerer a adoção do processo de voto múltiplo, tampouco votação em separado para eleição de membro do Conselho de Administração

5 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2021

A administração propõe que os membros do Conselho de Administração não recebam remuneração, contudo, propõe uma remuneração para os membros da Diretoria no montante de até R\$42.167,54 para o exercício social de 2022 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022).

Em atendimento às disposições do artigo 12 da Instrução CVM 481, as informações sobre a remuneração dos administradores indicadas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia encontram-se no **ANEXO III** a esta Proposta da Administração, bem como na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (www.b3.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores e na sede da Companhia.

6 CONCLUSÕES

Pelos motivos acima e em conformidade com a legislação societária aplicável, o estatuto social da Companhia e as disposições da presente Proposta da Administração, a administração da Companhia recomenda à V.Sas. a aprovação das matérias acima elencadas na AGOE a ser realizada em 21 de abril de 2022, bem como das demais matérias a ela relacionadas.

Por fim, a administração esclarece que esta Proposta da Administração se encontra disponível na sede social da Companhia, na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

Cordialmente,

José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração

Anexo I Item 10 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, IFRS e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas em 21 de fevereiro de 2022 no seu website e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm).

A análise esclarecendo os resultados e as variações das contas patrimoniais constituem uma opinião com base nas demonstrações financeiras.

A Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014, e em 30 de abril de 2015 a UHE Ferreira Gomes encontrava-se em operação comercial plena de suas unidades geradoras, conforme demonstrado abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	47,6
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	84	33,9
			252	153,1

Antes da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 04 de novembro de 2014, a Companhia capitalizou-se tanto por meio de aporte de recursos realizado por seu acionista Alupar Investimento S.A., quanto por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures obtendo assim os recursos necessários à construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes. Atualmente, a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas no item (f) abaixo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia continuou realizando pagamentos conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Provisão para Constituição de Ativos e Provisão para Gastos Ambientais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima que nenhum ajuste seja necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

A Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes Energia encerrou o exercício de 2021 com uma receita operacional bruta de R\$268,7 milhões, apresentando uma variação positiva de 24,0% se

comparada ao exercício de 2020 que apresentou uma receita operacional bruta de R\$218,2 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a variação negativa foi de 12,3% se comparada ao exercício de 2019 que apresentou uma receita operacional de bruta de R\$247,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021 a geração operacional de caixa positiva, medida pelo EBITDA, foi de R\$152,1 milhões (R\$121,9 milhões positivo em 31 de dezembro de 2020 e R\$117,9 milhões positivo em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2021 o lucro foi de R\$35,5 milhões (R\$24,5 milhões de lucro em 31 de dezembro de 2020 e R\$13,3 milhões de lucro em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a liquidez geral e o índice de endividamento da Companhia foram de:

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	93.400	103.733	75.154
Ativo não circulante	1.431.708	1.439.755	1.481.970
Passivo circulante	94.970	105.350	102.866
Passivo não circulante	490.552	526.700	562.624
Patrimônio líquido	939.586	911.438	891.634
Liquidez geral (1)	2,60	2,44	2,34
Índice de endividamento (2)	0,62	0,69	0,75

(1) O índice de liquidez geral representa o total do ativo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante.

(2) O índice de endividamento representa o total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

Até o presente momento, a Companhia informa que todas as obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula contratual.

A Companhia tem plenas condições financeiras para dar continuidade as atividades previstas no Contrato de Concessão.

(b) estrutura de capital

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com as práticas de mercado.

A relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, está abaixo apresentada:

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo	44.827	72.244	14.569
Empréstimos, financiamentos e debêntures	526.071	580.373	607.663
Patrimônio líquido	939.586	911.438	891.634
Índice de dívida bancária líquida (1)	0,51	0,56	0,67

(1) Para calcular o índice de dívida bancária líquida, a Companhia considerou o total das dívidas financeiras (representadas por empréstimos, financiamentos e debêntures, no passivo circulante e não circulante) e subtraindo o caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo divididos pelo patrimônio líquido.

O padrão de financiamentos efetuados pela Companhia foi baseado na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais por meio de emissão de dívida, conforme abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo total	585.522	632.050	665.490
Patrimônio líquido	939.586	911.438	891.634
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.525.108	1.543.488	1.557.124
Capital próprio	61,61%	59,05%	57,26%
Capital de terceiros	38,39%	40,95%	42,74%

Maiores detalhes sobre os financiamentos celebrados pela Companhia podem ser obtidos no item (f) abaixo.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia acredita que possuirá geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir as despesas operacionais e as dívidas com financiamentos e debêntures, embora não possam garantir e nem prever que tal situação permanecerá igual.

Abaixo, a Companhia descreve o endividamento, as disponibilidades, e o EBITDA nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida financeira total (1)	(526.071)	(580.373)	(607.663)
Caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários	92.149	72.244	14.569
Dívida financeira líquida	(433.922)	(508.129)	(593.094)
Patrimônio líquido	939.586	911.438	891.634
Índice de endividamento líquido	0,46	0,56	0,67
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	35.524	24.476	13.303
(+) Resultado financeiro	69.020	52.022	57.404
(+) Depreciação e amortização	39.304	42.126	39.434
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	1.846	1.940	1.441
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.454	1.291	6.270
(=) Ebitda	152.148	121.855	117.852

(1) Dívida financeira total: correspondem às linhas de encargos de dívidas e empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial de cada exercício contábil.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Capital próprio	61,61%	59,05%	57,26%
Capital de terceiros	38,39%	40,95%	42,74%

As principais fontes de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Ferreira Gomes Energia S.A. nos exercícios findos acima apresentados foram: emissão de debêntures e financiamentos do BNDES.

As fontes de financiamento atualmente utilizadas estão descritas no item (f) abaixo.

Os recursos dos financiamentos concedidos à Companhia foram utilizados financiar a viabilização do projeto de implantação e construção do empreendimento.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função da geração de caixa, não se vislumbra a utilização de forma recorrente de linhas de financiamento para a cobertura de nossas necessidades de capital de giro.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$526,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 580,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$607,7 milhões. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

(Em milhares de reais)

	31/12/2021			31/12/2020			31/12/2019		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante									
BNDES - Subcrédito A	16.142	495	16.637	16.141	495	16.636	14.870	535	15.405
BNDES - Subcrédito B	6.389	196	6.585	6.388	196	6.584	5.886	213	6.099
BNDES - Subcrédito C	721	22	743	722	22	744	664	24	688
BNDES - Subcrédito D	7.705	26	7.731	24.705	54	24.759	24.705	77	24.782
BNDES - Subcrédito E	191	4	195	191	4	195	178	6	184
3ª emissão de debêntures	26.197	921	27.118	19.803	819	20.622	14.111	748	14.859
(-) Custo de captação	(1.559)	-	(1.559)	(1.560)	-	(1.560)	(1.559)	-	(1.559)
Total	55.786	1.664	57.450	66.390	1.590	67.980	58.855	1.603	60.458
Moeda nacional - não circulante									
BNDES - Subcrédito A	134.515	-	134.515	150.657	-	150.657	153.663	-	153.663
BNDES - Subcrédito B	53.240	-	53.240	59.628	-	59.628	60.818	-	60.818
BNDES - Subcrédito C	6.007	-	6.007	6.728	-	6.728	6.863	-	6.863
BNDES - Subcrédito D	-	-	-	24.705	-	24.705	49.409	-	49.409
BNDES - Subcrédito E	1.594	-	1.594	1.785	-	1.785	1.841	-	1.841
3ª emissão de debêntures	281.849	-	281.849	279.031	-	279.031	286.315	-	286.315
(-) Custo de captação	(8.584)	-	(8.584)	(10.141)	-	(10.141)	(11.704)	-	(11.704)
Total	468.621	-	468.621	512.393	-	512.393	547.205	-	547.205

Segue breve descritivo sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2021:

3ª emissão de debêntures: Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão no montante de R\$210,9 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$1 mil, os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 1º de agosto de 2014. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017, que compreenderam o período de carência. Durante o período de carência a Companhia desembolsou o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% foram incorporados ao valor principal da dívida. O montante incorporado ao principal foi de R\$ 37.058. Em 15 de dezembro de 2017 ocorreu a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8, do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

(ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos). Em 31 de dezembro de 2021, a empresa atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: a Companhia celebrou o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.1390.1 com o BNDES em 28 de dezembro de 2012, no valor total de R\$ 470,6 milhões, sendo que até 31 de dezembro de 2021 foram liberados o montante de R\$ 470,6 milhões.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. O contrato possui cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas anualmente com base nas informações da Companhia, tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos). Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Os encargos, saldos liberados e datas de amortização podem ser sumarizados da seguinte forma:

(Em milhares de reais)

Subcrédito	Finalidade	Encargos	Valor do contrato	Saldo liberado	Início amortização	Fim da amortização
Subcrédito A	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	198.420	198.420	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito B	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	78.540	78.540	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito C	Instalações de Transmissão UHE FG	2,34% a.a + TJLP	9.500	9.500	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito D	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	2,5% a.a	181.850	181.850	15/05/2015	15/12/2022
Subcrédito E	Investimentos Sociais	TJLP	2.300	2.273	15/12/2017	15/04/2031
Total			470.610	470.583		

Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES foram incorporados ao principal, trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Até 30 de abril de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53,6 milhões ao principal da dívida.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas existentes, no entanto conforme concurso universal de credores em hipótese de falência os créditos serão liquidados por ordem de prioridade, obedecendo a seguinte ordem: os direitos trabalhistas dos funcionários (limitados a 150 salários mínimos por credor, e decorrentes de acidentes de trabalho), créditos tributários, recursos captados de terceiros e fornecedores, respectivamente.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

3ª emissão de debêntures: a escritura de emissão impôs as restrições previstas nas respectivas hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, que são as usuais de mercado para esse tipo de operação, tais como: situações de insolvência (falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção) da Companhia ou da Alupar Investimento S.A., na qualidade de

fiadora (“**Alupar**”), descumprimento de obrigações pecuniárias relacionadas às debêntures, declaração de vencimento antecipado de qualquer outra dívida financeira ou acordo da Companhia em valor superior a R\$15 milhões, ou da Alupar em valor superior a R\$20 milhões, não cumprimento pela Alupar de sentença judicial transitada em julgado em valor superior a R\$20 milhões e redução do capital da Companhia ou da Alupar.

Além de algumas obrigações, tais como não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto, na data de emissão, no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia.

As debêntures possuem *covenants* a serem apurados com base nas informações trimestrais e as demonstrações financeiras padronizadas apresentadas pela Companhia a CVM. A Alupar monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos *covenants* previstos na escritura de emissão.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Ferreira Gomes Energia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Todas as hipóteses de vencimento antecipado e *covenants* previstas na escritura de emissão estão descritas no item 18.10 do Formulário de Referência.

Contrato BNDES nº 12.2.1390.1: há restrições impostas à Companhia com relação à redução do quadro de pessoal e a inclusão de dispositivo no estatuto social da Companhia pelo qual seja exigido quórum especial para aprovação ou deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia por seus controladores. Ainda, a Companhia está obrigada a observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (Resolução 665/87) e as Normas e Instruções de Acompanhamento (Resolução 660/87), que podem ser encontradas no *website* do BNDES, e deve obedecer às restrições nelas contidas, conforme aplicável.

O contrato estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- - Manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As informações sobre os níveis de endividamento estão demonstradas no item 3.7 do Formulário de Referência.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os recursos obtidos por meio dos financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista e respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir estão apresentadas as alterações significativas das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, bem como descritas as principais variações ocorridas na Companhia nestas datas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH	31/12/2019	AV	AH
Ativo								
Circulante	93.400	6,1%	103.733	6,7%	-10,0%	75.154	4,8%	38,0%
Caixa e equivalentes de caixa	9.285	0,6%	8.813	0,6%	5,4%	10.797	0,7%	-18,4%
Investimentos de curto prazo	35.542	2,3%	63.431	4,1%	-44,0%	3.772	0,2%	1581,6%
Contas a receber de clientes	44.597	2,9%	28.662	1,9%	55,6%	57.081	3,7%	-49,8%
Tributos e contribuições sociais a compensar	1.481	0,1%	430	0,0%	244,4%	1.156	0,1%	-62,8%
Despesas pagas antecipadamente	2.455	0,2%	2.334	0,2%	5,2%	2.295	0,1%	1,7%
Outros ativos	40	0,0%	63	0,0%	-36,5%	53	0,0%	18,9%
Não circulante	1.431.708	92,8%	1.439.755	93,3%	-0,6%	1.481.970	95,2%	-2,8%
Títulos e valores mobiliários	47.322	3,1%	34.781	2,3%	36,1%	32.221	2,1%	7,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	2.083	0,1%	-100,0%	3.373	0,2%	-38,2%
Despesas pagas antecipadamente	7.922	0,5%	9.190	0,6%	-13,8%	10.457	0,7%	-12,1%
Depósitos judiciais	56	0,0%	306	0,0%	-81,7%	349	0,0%	-12,3%
Outros ativos	1.558	0,1%	1.418	0,1%	9,9%	1.882	0,1%	-24,7%
Imobilizado	1.348.087	88,4%	1.382.516	89,6%	-2,5%	1.423.848	91,4%	-2,9%
Intangível	26.763	1,8%	9.461	0,6%	182,9%	9.840	0,6%	-3,9%
Total do ativo	1.525.108	98,8%	1.543.488	100,0%	-1,2%	1.557.124	100,0%	-0,9%
Passivo								
Circulante	94.970	6,2%	105.350	6,8%	-9,9%	102.866	6,6%	2,4%
Fornecedores	15.337	1,0%	16.485	1,1%	-7,0%	6.840	0,4%	141,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	57.450	3,8%	67.980	4,4%	-15,5%	60.458	3,9%	12,4%
Arrendamentos	222	0,0%	207	0,0%	7,2%	261	0,0%	-20,7%
Salários e férias a pagar	528	0,0%	534	0,0%	-1,1%	155	0,0%	244,5%
Tributos e contribuições sociais a recolher	5.613	0,4%	3.018	0,2%	86,0%	6.515	0,4%	-53,7%
Dividendos declarados	7.376	0,5%	6.970	0,5%	5,8%	10.082	0,6%	-30,9%
Uso do bem público	1.566	0,1%	1.566	0,1%	0,0%	1.566	0,1%	0,0%
Provisão para constituição de ativos	2.730	0,2%	3.225	0,2%	-15,3%	11.239	0,7%	-71,3%
Provisões para gastos ambientais	55	0,0%	488	0,0%	-88,7%	109	0,0%	347,7%
Encargos setoriais	3.593	0,2%	4.551	0,3%	-21,1%	5.114	0,3%	-11,0%
Credores diversos	500	0,0%	326	0,0%	53,4%	527	0,0%	-38,1%
Não circulante	490.552	31,8%	526.700	34,1%	-6,9%	562.624	36,1%	-6,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	468.621	30,7%	512.393	33,2%	-8,5%	547.205	35,1%	-6,4%
Arrendamentos	1.900	0,1%	603	0,0%	215,1%	734	0,0%	-17,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.371	0,3%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Uso do bem público	15.640	1,0%	13.491	0,9%	15,9%	13.570	0,9%	-0,6%
Provisões para contingências	20	0,0%	213	0,0%	-90,6%	381	0,0%	-44,1%
Provisão para gastos ambientais	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	734	0,0%	-100,0%
Patrimônio líquido	939.586	60,9%	911.438	59,1%	3,1%	891.634	57,3%	2,2%
Capital social	818.858	53,7%	818.858	53,1%	0,0%	807.081	51,8%	1,5%
Reserva de lucros	120.728	7,9%	92.580	6,0%	30,4%	84.553	5,4%	9,5%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.525.108	98,8%	1.543.488	100,0%	-1,2%	1.557.124	100,0%	-0,9%

Ativo circulante

Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 houve redução de 38,6% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, a variação apresentada refere-se à resgates no Fundo de Investimento STA Energia.

Em 31 de dezembro de 2020 houve aumento de 1.563,3% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, a variação apresentada refere-se à aplicação no Fundo de Investimento STA Energia.

Clientes a receber

Em 31 de dezembro de 2021 houve aumento de 55,6% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, o aumento refere-se basicamente a negociações no Ambiente Livre de Comercialização de Energia.

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 49,8% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, a redução refere-se basicamente a recebimentos de negociações no Ambiente Livre de Comercialização de Energia.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2021 houve aumento de 5,2% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, o aumento refere-se à renovação de apólices contratadas no exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 houve aumento de 1,7% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, o aumento refere-se à renovação de apólices contratadas no exercício.

Tributos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2021 houve aumento de 244,4% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2020, a variação deve-se substancialmente a constituição de saldo negativo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 62,8% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2019, a variação negativa deve-se substancialmente a utilização de saldo negativo de Imposto de Renda.

Não circulante

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 houve aumento de 36,1% no saldo da conta contábil de títulos e valores mobiliários se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2020, a variação refere-se a aplicações financeiras do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 houve aumento de 7,9% no saldo da conta contábil de títulos e valores mobiliários se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2019, a variação positiva refere-se a aplicações financeiras do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 100,0% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da transferência para o passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 38,2% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da utilização dos tributos no exercício de 2020.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2021 houve redução de 13,8% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, a variação deve-se substancialmente a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico.

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 12,1% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, a redução deve-se substancialmente a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos do imobilizado eram de R\$1.348 milhões e R\$1.383 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos do imobilizado eram de R\$1.383 milhões e R\$1.424 milhões, respectivamente.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 houve aumento de 182,9% no ativo intangível se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, o aumento refere-se ao reconhecimento da extensão do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 3,9% no ativo intangível se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, a redução reflete substancialmente a amortização do exercício.

Passivo circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 houve redução de 7,0% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, em decorrência substancialmente da redução da redução dos valores de exposição na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia).

Em 31 de dezembro de 2020 houve aumento de 141,0% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, em decorrência substancialmente da reclassificação de provisão para constituição de ativos para fornecedores.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$57 milhões e apresentou uma redução de 15,5% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020. A variação é justificada substancialmente pela quitação antecipada de parte do sub crédito D.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$68 milhões e apresentou um aumento de 12,4% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019. A variação é justificada substancialmente pela suspensão temporária de seis meses dos pagamentos de principal e juros para os sub créditos A,B, C e E.

Salários e férias a pagar

O saldo da conta contábil em 31 de dezembro de 2021 apresentou uma redução de 1,1% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020 em decorrência da redução de encargos.

O saldo da conta contábil em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 244,5% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019 em decorrência substancialmente da provisão para participação dos lucros e resultados do exercício de 2020.

Tributos e contribuições sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2021 houve aumento de 86,0% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, a variação refere-se principalmente ao aumento dos tributos sobre receita operacional bruta.

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 53,7% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, a variação refere-se principalmente a redução dos tributos auferidos.

Provisão para constituição de ativos

Em 31 de dezembro de 2021 houve redução de 15,3% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, a redução ocorreu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 71,3% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, a redução ocorreu devido à reclassificação para conta de fornecedores.

Provisões para gastos ambientais

Em 31 de dezembro de 2021 houve aumento de 88,7% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, o aumento se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 houve aumento de 347,7% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, o aumento se deu devido à reclassificação do longo para o curto prazo.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos financiamentos e debêntures contabilizadas no passivo não circulante nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 eram de R\$468,6 milhões, R\$512,4 milhões e R\$547,2 milhões, respectivamente.

Patrimônio líquido

Capital social

O saldo do capital social em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 eram de R\$818,9 milhões, R\$818,9 milhões e R\$807,1 milhões, respectivamente. As variações se deram devido a integralização da reserva de incentivo fiscal ao capital social da Companhia, conforme atos societários.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH	31/12/2019	AV	AH
Receita operacional líquida	242.004	552,22%	195.198	704,51%	24,0%	222.488	1058,76%	-12,3%
Custos operacionais	(127.030)	-289,86%	(111.395)	-402,05%	14,0%	(138.753)	-660,29%	-19,7%
Energia elétrica comprada	(63.970)	-145,97%	(31.074)	-112,15%	105,9%	(60.030)	-285,67%	-48,2%
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão	17.410	39,73%	-	0,00%	0,0%	-	0,00%	0,0%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(21.438)	-48,92%	(19.773)	-71,36%	8,4%	(18.873)	-89,81%	4,8%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURF	(6.625)	-15,12%	(5.829)	-21,04%	13,7%	(6.986)	-33,24%	-16,6%
Outros custos operacionais	(13.603)	-31,04%	(12.890)	-46,52%	5,5%	(14.031)	-66,77%	-8,1%
Depreciação e amortização	(38.430)	-87,69%	(41.454)	-149,62%	-7,3%	(38.458)	-183,01%	7,8%
Uso do bem público - UBP	(374)	-0,85%	(375)	-1,35%	-0,3%	(375)	-1,78%	0,0%
Lucro bruto	114.974	262,35%	83.803	302,46%	37,2%	83.735	398,47%	0,1%
Despesas (receitas) operacionais	(2.130)	-4,86%	(4.074)	-14,70%	-47,7%	(5.317)	-25,30%	-23,4%
Despesas gerais e administrativas	(2.367)	-5,40%	(3.421)	-12,35%	-30,8%	(4.320)	-20,56%	-20,8%
Depreciação e amortização	(500)	-1,14%	(297)	-1,07%	68,4%	(601)	-2,86%	-50,6%
Pessoal	(357)	-0,81%	(491)	-1,77%	-27,3%	(396)	-1,88%	24,0%
Outras receitas	1.094	2,50%	135	0,49%	710,4%	-	0,00%	0,0%
Lucro antes do resultado financeiro	112.844	257,49%	79.729	287,76%	41,5%	78.418	373,17%	1,7%
Resultado financeiro	(69.020)	-157,49%	(52.022)	-187,76%	32,7%	(57.404)	-273,17%	-9,4%
Despesa financeira	(73.133)	-166,88%	(54.345)	-196,14%	34,6%	(61.173)	-291,11%	-11,2%
Receita financeira	4.113	9,39%	2.323	8,38%	77,1%	3.769	17,94%	-38,4%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	43.824	100,00%	27.707	100,00%	58,2%	21.014	100,00%	31,9%
Imposto de renda	(177)	-0,4%	(163)	-0,6%	8,6%	(126)	-0,6%	29,4%
Contribuição social	(1.669)	-3,8%	(1.777)	-6,4%	-6,1%	(1.315)	-6,3%	35,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.454)	-14,7%	(1.291)	-4,7%	399,9%	(6.270)	-29,8%	-79,4%
Lucro do exercício	35.524	81,06%	24.476	88,34%	45,1%	13.303	63,31%	84,0%

Em 31 de dezembro de 2021 houve aumento de 24,0% na receita operacional líquida, se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2020, o aumento refere-se basicamente a negociações no Ambiente Livre de Comercialização de Energia. Os custos operacionais do exercício de 2021 apresentam variação positiva de 14,0% se comparado ao exercício de 2020, justificado pelo aumento na compra de energia elétrica. As despesas do exercício de 2021 apresentam variação negativa de 47,7% se comparado ao exercício de 2020, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2020 houve redução de 12,3% na receita operacional líquida, se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2019, a redução refere-se basicamente a negociações no Ambiente Livre. Os custos operacionais do exercício de 2020 apresentam variação negativa de 19,7% se comparado ao exercício de 2019, justificado pela diminuição da compra de energia elétrica. As despesas do exercício de 2020 apresentam variação negativa de 23,4% se comparado ao exercício de 2019, justificada principalmente pela diminuição na linha de serviços de terceiros.

Fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 – Método indireto

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH	31/12/2019	AV	AH
Fluxos de caixa								
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	115.092	24383,9%	147.162	-7421,2%	-21,8%	107.978	-389,4%	36,3%
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de investimentos	16.124	3416,1%	(61.438)	3098,2%	-126,2%	(39.126)	141,1%	57,0%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(130.744)	-27700,0%	(87.707)	4422,9%	49,1%	(96.580)	348,3%	-9,2%
Varição no caixa líquido da Companhia	472	100,0%	(1.983)	100,0%	-123,8%	(27.728)	100,0%	-92,8%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi positiva em R\$0,47 mil, representando uma redução de R\$2,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi negativa em R\$2 milhões, representando uma redução de R\$25,7 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

A variação de 21,8% no caixa líquido proveniente das atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, refere-se principalmente ao lucro que a Companhia obteve de R\$ 35,5 milhões em virtude do aumento de negociações no ambiente livre.

A variação de 36,3% no caixa líquido proveniente das atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, refere-se principalmente ao lucro que a Companhia obteve de R\$24,5 milhões em virtude da redução de compra de energia. A variação apresentada refere-se ao recebimento de contas a receber.

Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos

A redução de 126,2% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se comparado a 31 de dezembro de 2020 é decorrente de aplicações em investimentos de curto prazo no montante de R\$ 30,4 milhões e aplicações em títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 10,8 milhões.

O aumento de 57,0% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 se comparado a 31 de dezembro de 2019 é decorrente de aplicações em investimentos de curto prazo no montante de R\$59,3 milhões.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O aumento de 49,1% no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, A variação é justificada substancialmente pela quitação antecipada de parte do sub crédito D.

A redução de 9,2% no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019, A variação é justificada substancialmente pela suspensão temporária de seis meses dos pagamentos de principal e juros para os sub créditos A,B, C e E.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações do Emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita, e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta			
Suprimento de energia - ambiente regulado	114.418	109.237	105.498
Suprimento de energia - ambiente livre	26.662	20.227	36.593
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	104.255	81.036	94.052
Ajuste positivo CCEE	23.404	7.712	11.727
	268.739	218.212	247.870
Deduções			
PIS - Programa de integração social	(4.200)	(3.628)	(3.991)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(19.348)	(16.713)	(18.383)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.884)	(1.514)	(1.778)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(1.303)	(1.159)	(1.230)
	(26.735)	(23.014)	(25.382)
Receita operacional líquida	242.004	195.198	222.488

A Companhia auferiu R\$50,5 milhões a mais de receita de venda de energia em 31 de dezembro de 2021, se comparada ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2020. O aumento refere-se substancialmente ao resultado positivo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e a negociações no Ambiente Livre.

A Companhia auferiu R\$ 29,6 milhões a menos de receita de venda de energia em 31 de dezembro de 2020, se comparada ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2019. A redução refere-se substancialmente a negociações no Ambiente Livre.

Os custos e despesas que afetaram o resultado da Companhia bem como a variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e, 2019 estão abaixo apresentados:

	31/12/2021	31/12/2020	Variação %	31/12/2019	Variação %
Receita operacional bruta	268.739	218.212	23,16%	247.870	-11,97%
(-) Deduções da receita operacional	(26.735)	(23.014)	16,17%	(25.382)	-9,33%
Programa de Integração Social - PIS	(4.200)	(3.628)	15,77%	(3.991)	-9,10%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(19.348)	(16.713)	15,77%	(18.383)	-9,08%
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.884)	(1.514)	24,44%	(1.778)	-14,85%
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(1.303)	(1.159)	12,42%	(1.230)	-5,77%
Receita operacional líquida	242.004	195.198	23,98%	222.488	-12,27%
(-) Custos e despesas operacionais	(129.160)	(115.469)	11,86%	(144.070)	-19,85%
Energia elétrica comprada	(63.970)	(31.074)	105,86%	(60.030)	-48,24%
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão	17.410	-	0,00%	-	0,00%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(21.438)	(19.773)	8,42%	(18.873)	4,77%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(6.625)	(5.829)	13,66%	(6.986)	-16,56%
Depreciação e amortização	(38.930)	(41.751)	-6,76%	(39.059)	6,89%
Uso do bem público - UBP	(374)	(375)	-0,27%	(375)	0,00%
Despesas gerais e administrativas	(2.367)	(3.421)	-30,81%	(4.320)	-20,81%
Pessoal	(357)	(491)	-27,29%	(396)	23,99%
Outros custos operacionais	(13.603)	(12.890)	5,53%	(14.031)	-8,13%
Outras receitas	1.094	135	710,37%	-	0,00%
Resultado financeiro	(69.020)	(52.022)	32,67%	(57.404)	-9,38%

(b) variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxa de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, nos termos do art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Tendo em vista que a Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, nos termos do art. 2º, II, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o preenchimento deste item é facultativo.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotou o CPC 26 (IAS1); CPC 23 (IAS 8) e Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16); e Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações no CPC 40(R1) e CPC 48).em suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) (IFRS 16); e ICPC 22 (IFRIC 23) em suas demonstrações financeiras.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 as demonstrações financeiras da Companhia não tiveram efeitos significativos em função de alterações nas práticas contábeis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não apresentam ressalvas e/ou ênfase.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme artigo 2º, inciso II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial. A Companhia possui, na qualidade de consumidora, contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes (“UHE Ferreira Gomes” ou “Projeto”), cuja concessão foi ganha pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL em julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de novembro de 2010, com a Ferreira Gomes recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A UHE Ferreira Gomes possui capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 153,1 MW, e está localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. A Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014. As datas de entrada em operação bem como as demais informações das unidades geradoras estão abaixo apresentadas:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	84	153,1
			252	153,1

Cumprindo com a sistemática do Leilão, a Alupar obteve a concessão da UHE Ferreira Gomes oferecendo um preço de energia de R\$ 69,78/MWh, tendo por referência o mês de agosto de 2010, no Ambiente de Comercialização Regulado (“ACR”), o que representou um deságio de 15,93% em relação ao preço máximo de R\$83/MWh estabelecido para o Leilão.

No âmbito do ACR, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do Leilão, com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2015 e 30 anos de duração. Os contratos foram assinados em 17 de maio de 2011 e 26 de abril de 2011.

A implantação da UHE Ferreira Gomes foi conduzida a partir de uma Estrutura de Contratação Direta pela sociedade de propósito específico que fez o gerenciamento de riscos do Projeto.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Todos os investimentos que já foram divulgados pela Companhia já estão descritos no item 10.8(a) acima.

Adicionalmente a Companhia possui, atualmente, as seguintes marcas registradas perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI.

Marca	Duração
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 830979565, mista, classe 37	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 830979573, nominativa, classe 37	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717930, nominativa, classe 42	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717980, nominativa, classe 40	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718030, nominativa, classe 39	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718065, nominativa, classe 35	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718154, mista, classe 42	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718197, mista, classe 40	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718251, mista, classe 39	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718286, mista, classe 35	10 anos a partir da data de concessão do registro

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo Emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo Emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia tem por objeto exclusivo (i) construir, operar e explorar do potencial de energia hidráulica da UHE Ferreira Gomes, bem como das respectivas instalações de transmissão; e (ii) comercializar ou utilizar a energia elétrica por ela produzida, não havendo novos produtos e serviços desenvolvidos ou em desenvolvimento pela Companhia.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há quaisquer informações relevantes adicionais a serem apresentadas nessa Seção 10.

Anexo II Item 12.5 a 12.8 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme artigo 10, inciso I, da Instrução CVM 481)

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
José Luiz de Godoy Pereira	01/06/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/04/2022	Até a AGO de 2025	5
086.823.468-00	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	21/04/2022	Sim	100,00%
Não aplicável					
Paulo Roberto de Godoy Pereira	10/07/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/04/2022	Até a AGO de 2025	5
682.734.958-68	Administrador de Empresas	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	21/04/2022	Sim	83,33%
Não aplicável					
Enio Luigi Nucci	20/09/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/04/2022	Até a AGO de 2025	5
016.755.578-29	Engenheiro	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	21/04/2022	Sim	100,00%
Não aplicável					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

José Luiz de Godoy Pereira - 086.823.468-00

Brasileiro, nascido em 1º de junho de 1965, engenheiro civil formado pela Universidade Mackenzie em dezembro de 1989. Possui mais de 17 anos de experiência no setor de construção, infraestrutura e energia. Experiência profissional: atuou de 2007 a 2009 como Diretor Vice-Presidente da Companhia, de 2007 a 2011 como Diretor de Relações com Investidores e retomou este cargo desde maio de 2014; desde 2007 atua como Diretor Vice Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia. Atua, também, na Companhia como Presidente do Conselho da Administração desde 2006. Com relação à Ferreira Gomes

Energia S.A.: Jose Luiz atua como Presidente do Conselho da Administração desde 2010, atuou como Diretor Administrativo-Financeiro de 2012 até 30 de junho 2015 e atuou como Diretor de Relações com Investidores de maio de 2014 até 30 de junho 2015. Além disso, é o Presidente do Conselho de Administração desde 15 de abril de 2015.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto de Godoy Pereira - 682.734.958-68

Brasileiro, nascido em 10 de julho de 1954, administrador de empresas formado pela Universidade Mackenzie. Desde 2006 é Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia. De 2004 a 2014, Paulo Godoy foi Presidente da ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (www.abdib.org), composta pelas maiores companhias e empresários da área de infraestrutura, com investimento em concessões públicas e licenças para energia elétrica, óleo e gás, logística, saneamento e sistemas de telecomunicações. Fabricantes de equipamentos, empresas de engenharia e construtoras também são membros da ABDIB.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Enio Luigi Nucci - 016.755.578-29

Formado pela Universidade de Mogi das Cruzes e pós-graduado na Fundação Getúlio Vargas em Infraestrutura. Possui mais de 25 anos de experiência no setor de infraestrutura e energia, tendo atuado na Schahin Engenharia, Eletromontagens Engenharia e Cia.Técnica, extinta e sucedida por incorporação pela Guarupart, em 31 de dezembro de 2008. Experiência Profissional: Alupar Investimento S.A – desde 2006 – atuando como Diretor Comercial e Diretor Técnico. Companhia Técnica de Engenharia Elétrica - de 2000 a 2006 atuando como Diretor Comercial. Eletromontagens Engenharia Ltda. – de 1991 a 2000 - Diretor Comercial e Planejamento e Gerente de Planejamento: Instalação retificadora e montagem de filtros de quinto e sétimo harmônicos; Montagem eletromecânica e instalações para iluminação e alimentação em 34,5 e 15 kV do Complexo Viário Ayrton Senna - túnel sob o Parque Ibirapuera - SP (pista centro-bairro); Construção e montagem c/fornecimento de materiais e equipamentos para a ampliação das SE's, na região Sul e de Florianópolis; Serviços de apoio às obras de transmissão da CESP, em vários locais do Estado de São Paulo.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7/8 - Composição dos Comitês

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Na presente data, a Companhia não possui qualquer comitê instalado.

Anexo III Item 13 do Formulário de Referência da Companhia

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481)

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2022) – Valores Anuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	2
Nº de membros remunerados	-	-
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	30.336,36
Benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	-	-
Outros	-	11.831,18
Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação nos Resultados	-	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total da Remuneração	-	42.167,54

Remuneração total do exercício social encerrado em 31.12.2021 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	2
Nº de membros remunerados	-	-
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação nos Resultados	-	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total da Remuneração	-	-

Remuneração total do exercício social encerrado em 31.12.2020 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	2
Nº de membros remunerados	-	-
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação nos Resultados	-	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total da Remuneração	-	-

Remuneração total do exercício social encerrado em 31.12.2019 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	2
Nº de membros remunerados	-	-
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação nos Resultados	-	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total da Remuneração	-	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não foi reconhecida no resultado da Companhia, nos últimos três exercícios sociais, remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria (considerando que o Conselho Fiscal da Companhia nunca foi instalado), que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis aplicáveis.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, os valores indicados abaixo foram reconhecidos nos resultados do controlador da Companhia e foram pagos a título de remuneração por cargos ocupados na administração de referido controlador:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	14.191.310,95	-	N/A	14.191.310,95
Controladas	-	-	N/A	-
Sociedades sob controle comum	-	-	N/A	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	9.651.550,36	-	N/A	9.651.550,36
Controladas	-	-	N/A	-
Sociedades sob controle comum	-	-	N/A	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	9.365.876,44	-	N/A	9.365.876,44
Controladas	-	-	N/A	-
Sociedades sob controle comum	-	-	N/A	-

13.16 - Outras informações que a Companhia julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.